

O Processo Administrativo Disciplinar aplicado aos Agentes Comunitários de Saúde, de Combate a Endemias e demais Servidores Celetistas

Datas

23/04/2026 09h - 11h45min

23/04/2026 13h45min - 17h

24/04/2026 09h - 11h

Programa

Curso com transmissão online e presencial simultaneamente.

1. O vínculo celetista na Administração Pública municipal
 - 1.1 Os Agentes Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias, as hipóteses de dispensa, a partir de sanção disciplinar
 - 1.2 A prática de falta grave, conforme previsto no art. 482 da CLT
 - 1.3 A acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas e a nova regra do art. 37, XVI, da Constituição, após a EC n. 138/2025
 2. O dever de apurar uma irregularidade praticada por servidor celetista
 - 2.2 A denúncia
 - 2.3 A denúncia anônima
 3. Instrumentos de apuração e sanção:
 - 3.1 A sindicância investigativa para os servidores celetistas
 - 3.2 O Processo Administrativo Disciplinar, na esfera celetista
 - 3.3 As sanções aplicáveis (perspectiva a partir da CLT)
 4. A revisão do Processo
-

Público-Alvo

Prefeitos, vereadores, procuradores jurídicos, assessores jurídicos, secretários municipais, agentes públicos com atuação na área jurídica da administração pública municipal direta e indireta e da Câmara Municipal, membros do Controle Interno, demais profissionais interessados no tema e que queiram agregar qualidade institucional à advocacia pública municipal.

Investimento Individual

Para órgãos e entidades assinantes dos informativos do IGAM - Modalidade Online	R\$690,00
Para órgãos e entidades não assinantes dos informativos do IGAM - Modalidade Online	R\$790,00

Para órgãos e entidades assinantes dos informativos do IGAM - Modalidade Presencial R\$920,00
Para órgãos e entidades não assinantes dos informativos do IGAM - Modalidade Presencial R\$1.100,00

Professores

DANIEL PIRES CHRISTOFOLI

É Advogado graduado pela Pontifícia Universidade Católica – PUC/RS. Mestre em direito pelo Centro Universitário Ritter dos Reis – UniRitter. Membro e líder do eixo "Administração Pública e Novas Tecnologias" no Grupo de Pesquisa Novas Tecnologias, Processo e Relação de Trabalho, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC/RS (2015). Assessor Jurídico no Município de Canoas- RS (2009-2010). Coautor do artigo “O teletrabalho na Justiça do Trabalho da 4ª Região e o princípio da sustentabilidade”, publicado na revista Diretos Fundamentais e Justiça, Editora Fórum, além de autor do livro “O Regime Disciplinar Aplicado aos servidores estatutários e celetistas, pela IGAM Editora. Também foi coautor dos livros "A Procuradoria e a Assessoria Jurídica no Município", pela IGAM Editora, "Manual de Dicas - Advocacia Pública Municipal, Estadual e Federal" e "11.000 Questões Comentadas", ambos pela Editora Saraiva. Consultor e Instrutor de cursos no IGAM.

Observações

Empenho

O empenho deverá ser feito em nome de Instituto Gamma de Assessoria a Órgãos Públicos LTDA - IGAM.
CNPJ: 01.484.706/0001-39

Inscrição

A inscrição é assegurada mediante pagamento e/ou cópia de empenho encaminhada para cursos@igam.com.br.

Certificados

Os certificados serão disponibilizados no Portal do Aluno, através do link aluno.igam.com.br, após a realização do curso